

EDITORIAL**HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS BRASILEIRAS: UMA CONTRIBUIÇÃO****Simone Borges Paiva Okuzono**

Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
simone.paiva@unirio.br.
<https://orcid.org/0000-0003-4416-2581>

Kelly Castelo Branco da Silva Melo

Doutora em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
kelly.melo@unirio.br
<https://orcid.org/0000-0002-9310-1518>

Fabiano Cataldo de Azevedo

Doutor em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.
fabiano.cataldo@ufba.br.
<https://orcid.org/0000-0003-2772-6621>

Falar sobre bibliotecas é acessar uma trama sócio-histórica complexa e rica, cujos fios atravessam e costuram questões viscerais como memória, identidade, cultura e conhecimento. Em um mundo para o qual essas instituições parecem estar se tornando obsoletas, recorreremos à sua história, que é também a história dos seus personagens e das ações por eles empreendidas, visando a seu fortalecimento, manutenção e desenvolvimento. Especificamente para esse dossiê, voltamo-nos para a história das bibliotecas brasileiras, tendo como norte a pergunta: “Qual o papel das Bibliotecas no Brasil?”

As respostas começam até mesmo antes do texto, já na foto de capa, com a imagem do Salão de Leitura da Seção de Obras Raras de uma biblioteca importantíssima – ainda mais em tempos pandêmicos: a Biblioteca de Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz. A FioCruz que, em 2020, comemorou seus 120 anos, graças à sua trajetória científica e de empenho na construção de conhecimento na área da saúde, hoje entrega ao mundo uma das possibilidades de vacina contra a Covid-19 – uma vitória não só testemunhada desde o início, como também sustentada por sua biblioteca.

Como aponta Raphaële Mouren em “Escrever sobre a História das Bibliotecas hoje”, a História das Bibliotecas, como disciplina independente¹ da História do Livro ou da História em geral, é ainda jovem e, por isso, constitui-se em um campo ainda pouco explorado. Como se trata de um todo composto essencialmente por unidades muito particulares e raramente estáticas, um elemento significativo para o desenvolvimento da História das Bibliotecas são os estudos de caso, a análise do micro, que abre, então, caminho para a pesquisa do macro.

¹ Independente em relação à perspectiva adotada, como definição da área para a qual se deseja contribuir. Afinal, a História em geral, a História das Bibliotecas e a História dos livros são indissociáveis e tocam e alimentam umas às outras.

A estratégia desse número está em consonância com essa visão, na medida em que, por meio de 19 trabalhos, com diferentes objetos e abordagens, leva o leitor a vislumbrar esse universo.

Por Gilda Maria Whitaker Verri, em “Do Estado Novo: Bibliotecas e Bibliotecários no Recife”, somos convidados a conhecer as propostas de implantação de Bibliotecas Populares pela Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (DEPT) da Prefeitura Municipal do Recife, cuja abordagem epistemológica evidencia as condições sociopolíticas e institucionais.

Os Gabinetes de Leitura, por sua vez, são apresentados por Vanilda Salignac de Sousa Mazzoni, Alícia Duhá Lose e Fabiano Cataldo de Azevedo em “Histórias que se confundem: A criação do Gabinete Português de Leitura da Bahia e a Biblioteca Infante Dom Henrique”; e, por Vanessa Barrozo Teixeira Aquino, em “Um Gabinete de leitura à Beira-Mar: Os primórdios da Bibliotheca Rio-Grandense”. Separados pela localização geográfica e pelo período histórico, os Gabinetes aqui estudados ressaltam aspectos singulares relacionados às suas constituições. Enquanto o primeiro artigo narra a história da criação do Gabinete Português de Leitura da Bahia (GPL), o segundo discorre sobre a constituição do Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande/RS, em 1846, um dos gabinetes mais antigos do Brasil, ulteriormente, Bibliotheca Rio-Grandense.

Levando-nos para o contexto das bibliotecas nacionais, Luciana Grings, em “Adonias Filho e a Biblioteca Nacional dos anos 60”, enfoca a gestão de Adonias Filho como diretor da Biblioteca Nacional do Brasil, ocorrida entre os anos de 1961 e 1971, trazendo elementos para a compreensão do contexto social e da Biblioteca Nacional do Brasil durante os anos 1960.

Carlos Henrique Juvêncio, em “A Biblioteca Nacional e a modernidade na Belle Époque Carioca”, leva-nos a compreender como a Biblioteca Nacional se tornou símbolo da Primeira República e de que forma a consagração do regime republicano nela se ancora. Pela perspectiva do artigo, vislumbramos a nossa BN como um espaço representante do moderno, seja em suas práticas, arquitetura ou no capital social que acumula ao seu redor.

Já Mariana Giuberti Guedes Greenhalgh, Raphael Diego Greenhalgh e Elisa Raquel Sousa Oliveira, em “Biblioteca Nacional de Brasília: Apontamentos sobre escopo e atuação”, falam-nos sobre a Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) e sobre o processo de planejamento

de uma biblioteca nacional depositária, bem como de seu efetivo funcionamento ao longo de 11 anos de existência. Tangenciando a questão da identidade institucional a partir da função, o artigo também aborda o processo de mudança da BNB quanto ao seu perfil, em sua atuação tanto como biblioteca híbrida quanto biblioteca pública.

Avançamos na temática das bibliotecas públicas com Elisangela Silva da Costa e Hamilton Vieira de Oliveira, em “A Bibliotheca Pública do Pará: um sopro de civilidade na transição do Império para a República na Província do Pará”, resultado de uma pesquisa cuja realização foi motivada pelo fato de que a Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV) está prestes a completar seu sesquicentenário. Com o objetivo de traçar a contextualização histórica da BPAV desde sua gênese até os tempos modernos, o trabalho pontua os principais marcos dessa trajetória, resgata os nomes dos diretores da biblioteca e dos governantes do Pará, que concretizaram sua fundação – interpenetrando a história da biblioteca com a história dos agentes a ela relacionados – e apresenta o estado atual de conhecimento sobre a BPAV.

Na polarização geográfica, temos Renata Braz Gonçalves, Eliane Teresinha Peres e Eliane Teresinha Peres nos apresentando a Bibliotheca Pública Pelotense com o trabalho “Criação e manutenção da Bibliotheca Pública Pelotense em jornais do Século XIX (1875-1900)”, pesquisa que se insere no campo da História da Leitura fundamentada na História Cultural, e que verifica, na criação e sustentação da biblioteca, um forte movimento levado adiante pela motivação da comunidade e promovido pela imprensa, refutando argumentos equivocados anteriores que mostram o Rio de Janeiro como uma “ilha de cultura isolada” em meio à falta generalizada de instituições, leitura e leitores no restante do Brasil no século XIX.

Com Ivana Borges Lins, em “A Biblioteca Pública como equipamento cultural do Estado: relações entre a cultura e as políticas públicas”, temos acesso à biblioteca pública como equipamento sociocultural em meio às tensões sociais e demandas dos mais diversos grupos com relação ao acesso a bens, a serviços e a produtos culturais, o que apresenta essa instituição como agente de impacto social profundo.

Em consonância com essa visão, Clara Duarte Coelho e Sueli Bortolin, em “A dicotomia do acesso à leitura e as Bibliotecas Públicas durante o Estado Novo” empreendem uma reconstituição histórica, no âmbito nacional, sobre a questão das bibliotecas públicas durante o período de maior controle estatal do país, o início do plano

de governo denominado Estado Novo, que se estende de 1937 até 1945. Descrevendo os principais projetos desenvolvidos pelo Instituto Nacional do Livro (INL) durante a gestão do seu primeiro diretor, Augusto Meyer, o trabalho trata da biblioteca perpassada por questões como autoritarismo e censura.

Ainda sobre o papel da biblioteca pública na manutenção/alteração da configuração social circundante, temos o artigo “Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça: (re)constituindo sua história”, de Sheila Cristina Ferreira Gabriel e Cancionila Janzkovski Cardoso, que, ao contar a história da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso (BPEMT), também traça um perfil da comunidade cuiabense, seus leitores e suas práticas.

Fechando os trabalhos sobre biblioteca pública por uma perspectiva diferente, Rafaela Vilela, em “Bibliotecas Públicas infantis: histórias de ontem e hoje”, discute essa instituição voltada para a infância, em diálogo com o contexto político nacional, por meio de dois projetos de livro e leitura: a Biblioteca Infantil do Distrito Federal e a Biblioteca Parque da Rocinha.

Deslocando o eixo temático, entramos no universo das bibliotecas universitárias com “Biblioteca FAMED/HCPA: Notas históricas e os 120 anos durante a Pandemia da Covid-19”, de Shirlei Galarça Salort, Cleusa Pavan e Ana Paula Araújo Cabral da Silva. A Biblioteca FAMED/HCPA, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), assim como a Biblioteca de Manguinhos, anteriormente mencionada, também comemorou seus 120 anos em 2020. O artigo apresenta a história da instituição a partir de alguns eventos marcantes, notas sobre o seu fundador e dos bibliotecários que nela atuaram.

Já Maria Lucia Beffa, em “A Biblioteca da Academia de Direito de São Paulo: acervo e práticas profissionais no século XIX”, leva-nos a conhecer a História da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, a partir de duas perspectivas: a da formação de seus acervos e a das práticas profissionais relacionadas aos cuidados com esse acervo.

Também seguindo o caminho de construção histórica por meio do acervo, temos o trabalho “De carimbo em Carimbo se conta uma história: a trajetória de uma Biblioteca Universitária”, de Ismael Maynard Bernini, Miriam Moema Loss e Jeniffer Alves Cuty, que registra a história da Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Fabico/UFRGS), usando como mote

os diversos carimbos (impressos/estampas) encontrados em livros do acervo e demais fontes de informação existentes.

Saindo do campo das bibliotecas universitárias e entrando no das bibliotecas escolares, temos dois trabalhos: “Biblioteca Escolar no contexto das reformas liberais do final do Século XIX e início do Século XX: análises a partir do conceito de Regime de Informação”, de Débora Santos de Oliveira e Elisabete Gonçalves de Souza, que traz dados históricos sobre a biblioteca escolar no Brasil, com destaque para sua inserção nas reformas educacionais ocorridas no país em meados dos séculos XIX e XX, enfatizando questões relacionadas à biblioteca escolar e à educação nos anos de 1920-30; e “A Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II: Trajetórias históricas”, de Tatyana Marques de Macedo Cardoso, Priscila de Assunção Barreto Côrbo e Douglas Felipe de Andrade, que traça o percurso histórico da Biblioteca do antigo Imperial Colégio de Pedro II, com destaque para a organização de seu acervo e os agentes envolvidos em sua gestão, desde 1837 até a década de 1920.

Fechando o número, não mais no universo das bibliotecas escolares, mas ainda dentro do campo do ensino, temos Marcos Leandro Freitas Hubner, José Fernando Modesto Silva e Alessandra Atti, com “Origens do ensino de Biblioteconomia no Brasil”, artigo que traça a gênese do ensino de Biblioteconomia no Brasil, culminando com o cenário atual de formação de bibliotecários e bibliotecárias no país.

Esperamos que as narrativas aqui apresentadas possam inspirar e motivar a escrita e publicação de estudos dedicados à História das Bibliotecas Brasileiras. Por essa razão, agradecemos a BIBLOS e a todos aqueles que contribuíram para a publicação deste número. Boa leitura!